

Documentação

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Fonte: LAURETA M. S. CANTIL

Data: 15/04/1996 Pg. A-3

Class. 21

É hora de repensar o Planaflo

As muitas que responsabilizam o Banco Mundial pelo desastre ecológico financiado e apoiado pelo Bird, numa alusão óbvia ao Polonoroeste, é preciso contraditar, aduzindo que, não fosse o Polonoroeste, Rondônia continuaria isolada, ilhada, a depender de uma estrada, ou, melhor dizendo, de um "caminho de serviço" aberto pelo governo Juscelino Kubitschek.

A área territorial de Rondônia, de 238 mil quilômetros quadrados (quase igual à de São Paulo), estava dividida em apenas dois municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim. A produção agrícola era incipiente. Importavam-se praticamente todos os alimentos e a população de Rondônia era de 69.792 habitantes em 1970.

Hoje, o estado conta com 48 municípios, cuja criação, formação e infra-estrutura implantada tiveram origem nos Projetos Integrados de Colonização, nos Projetos de Assentamento Dirigido e nos Projetos de Assentamento Rápido, da última geração. A população atual de Rondônia é de 2 milhões de habitantes.

Para ocupar, gerar empregos, criar riquezas, foi desmatada cerca de 24% da área do estado, ou seja, 5,8 milhões de hectares. Se, porém, Rondônia não tivesse tocado e alterado a sua floresta,

como teríamos os 132 mil hectares de cafezais (o quarto produtor nacional), os 42 mil hectares de cacauais (o segundo produtor brasileiro, apesar dos baixos preços e da "vassoura-de-bruxa"), os 18 mil hectares de seringais de cultivo? Como teria o Estado de Rondônia produzido, nos últimos anos, 750 mil toneladas de grãos (arroz, 275 mil toneladas; feijão, 92 mil toneladas; milho, 390 mil toneladas), se não fosse à custa do desmatamento de 534 mil hectares de florestas/ano? Como poderia Rondônia produzir 672 mil toneladas de raízes de mandioca – a insubstituível mandioca da alimentação cabocla –, que, transformada em farinha, alcançaria a produção de 224 mil toneladas? O rebanho bovino é o terceiro rebanho da Amazônia, com um efetivo de 3,7 milhões de cabeças.

Para ocupar Rondônia, gerar empregos, criar riquezas, foram desmatados cerca de 5,8 milhões de ha da área total do estado

Apesar dessa produção, Rondônia é o único estado da região amazônica com clara preocupação ambiental, tendo fixado uma política de ordenamento ambiental,

pelo decreto estadual nº 3.782, de 14 de junho de 1988.

É importante frisar que a 1ª Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico foi executada com recursos e apoio técnico do Polonoroeste.

Tal medida foi reforçada pela Lei Complementar nº 52, de 20 de dezembro de 1991, decretada pela Assembléia Legislativa estadual.

Por intermédio do Planaflo essas políticas estão recebendo novamente financiamento do Banco Mundial, de cerca de US\$ 167 milhões, com a contrapartida da União da ordem de US\$ 31 milhões e do governo estadual da ordem de US\$ 228 milhões.

Desde muito tempo Rondônia já protegia seus agrupamentos indígenas, situados em 4.524.142 hectares de reservas, ou seja, em 18,6% da área do estado. Essa área de reserva foi ampliada para 5.282.919 hectares. Em Rondônia os índios não estão sendo dizimados. A população de índios cresceu nos últimos quinze anos a uma taxa anual de 10%.

Sob o título de Reservas Florestais, Biológicas, Extrativistas, existia em Rondônia uma área total de

Odacir Soares *



1.870.538 hectares, o que correspondia a 7,3% da área total. Somadas as áreas indígenas e florestais/biológicas, protegiam 25% da área estadual.

No período pós-Planaflo, a situação das Unidades de Conservação e Áreas Indígenas, em setembro de 1995, evoluíra para 56% da

área de 23,8 milhões de hectares, que estão, em princípio, destinadas à conservação e ao não uso.

As demais áreas do Estado de Rondônia perfazem 44% da área territorial, ou seja, 10 milhões de hectares. Tomando-se em conta o que determina o Código Florestal, Lei nº 1.771, de 15 de setembro de 1965, a qual prescreve que na Amazônia deverá o proprietário manter intactos e não alterados 50% da área total de sua propriedade, sobram à utilização produtiva tão-somente 5 milhões de hectares.

Essa área utilizável, segundo as secretarias do Meio Ambiente e de Agricultura, já estaria praticamente esgotada. Isso coloca o produtor de Rondônia numa camisa-de-força e engessa a atividade econômica do estado.

O incentivo à produção de grãos, com a prática da derrubada e das queimadas, deixou uma

herança de 3,5 milhões de hectares de "capoeiras". O Planaflo, que começou este ano a financiar pequenos projetos-piloto, em forma associativa, precisa fazer da reincorporação das "capoeiras" uma política forte e determinada. Afinal, essas áreas estão localizadas na Zona 1, dotada de melhores solos e beneficiada com infra-estrutura de escoamento da produção e serviços.

O incentivo à produção de grãos, com a prática das queimadas, deixou uma herança de 3,5 milhões de ha de "capoeiras"

Em Rondônia, há mais de dezessete anos já se vem experimentando a tecnologia agrícola dos sistemas agroflorestais (SAF). É urgente que essa nova tecnologia, altamente economizadora das florestas, seja mais difundida. Chega de diminutas parcelas experimentais. Que se implante um maciço Distrito Agroflorestal, com diferenciados SAFs, em locais estratégicos para difusão e validação da tecnologia.

As pastagens poderão crescer e sustentar mais cabeças de bovinos por hectare. Devemos adotar o "sistema barreirão", já largamente usado em outras regiões, que transfor-

ma o pecuarista também num agricultor, fazendo a reforma das pastagens com a divisão e o plantio de arroz/milho/milheto, que custeiam a renovação dos pastos e contribuem com a produção de grãos.

As culturas perenes ou arbóreas devem ser estimuladas pelo Banco Mundial. Em etapa anterior, o Planaflo excluiu o cultivo do café e do cacau de seu rol de atividades. O cacau e o café sombreados por espécies madeireiras, como o freijó, por exemplo, devem receber apoio de estudos e pesquisas, fomentando e orientando a agroindustrialização e comercialização, por meio do associativismo.

A alta direção do Banco Mundial não precisa pedir desculpas publicamente pelo financiamento ao Polonoroeste, antes deve entender que todos querem uma Rondônia próspera, produtora de alimentos. Transformo em lema para Rondônia as palavras do professor Roberto Santos, da Universidade Federal do Pará: "É preciso que se entenda que há somente um ser sagrado cujo interesse está envolvido em tudo isso: o homem, e não a natureza. Este é que deve ser protegido em sua saúde, educação, aspirações ao progresso e à participação na riqueza coletiva".

* Senador (PMDB-RO), primeiro-secretário do Senado.